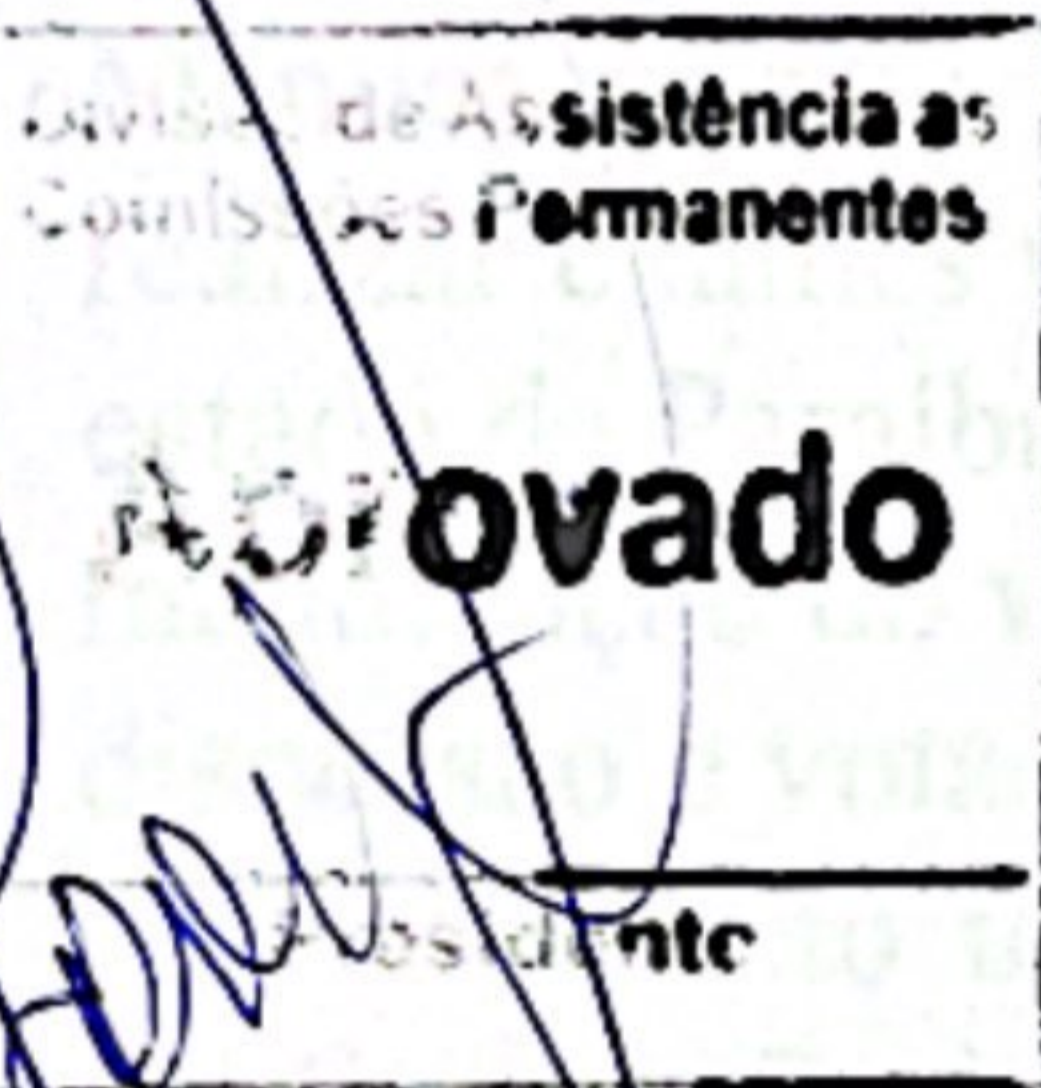




ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
"Casa de Epitácio Pessoa"

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

ATA



ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 03 DE SETEMBRO DE 2025.

Às treze horas e trinta minutos do dia três de setembro de 2025, no plenário José Mariz, sob a presidência do deputado João Gonçalves, realizou-se a 16ª reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Estiveram presentes os seguintes deputados: Camila Toscano, como secretária; Anderson Monteiro; e Francisca Motta. "Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo paraibano", o senhor presidente declarou aberta a reunião e convidou a deputada Camila Toscano para a leitura do ato de convocação, bem como da ata da 15ª reunião ordinária da CCJR. Em seguida, o presidente colocou a ata em discussão e votação, sendo aprovada sem restrições, sem debates e por unanimidade. Prosseguindo, deu-se início à apreciação das matérias. Ato contínuo, a secretária, deputada Camila, fez a leitura das matérias prejudicadas: 1.109/2023, deputada Francisca Motta; 1.896/2024, deputado Sargento Neto; 2.305/2024, deputada Danielle do Vale; 2.322/2024, deputada Daniella do Vale; 2.331/2024, deputada Danielle do Vale; 2.368/2024, deputada Danielle do Vale; 2.394/2024, deputado Branco; 2.539/2024, deputado Branco; 2.646/2024, deputado Inácio; 2.650/2024, deputada Francisca; 2.910/2024, deputada Cida; 3.661/2024, deputada Cida; 3.342/2024, deputado Gilbertinho; 3.689/2025, deputado Caio Roberto;



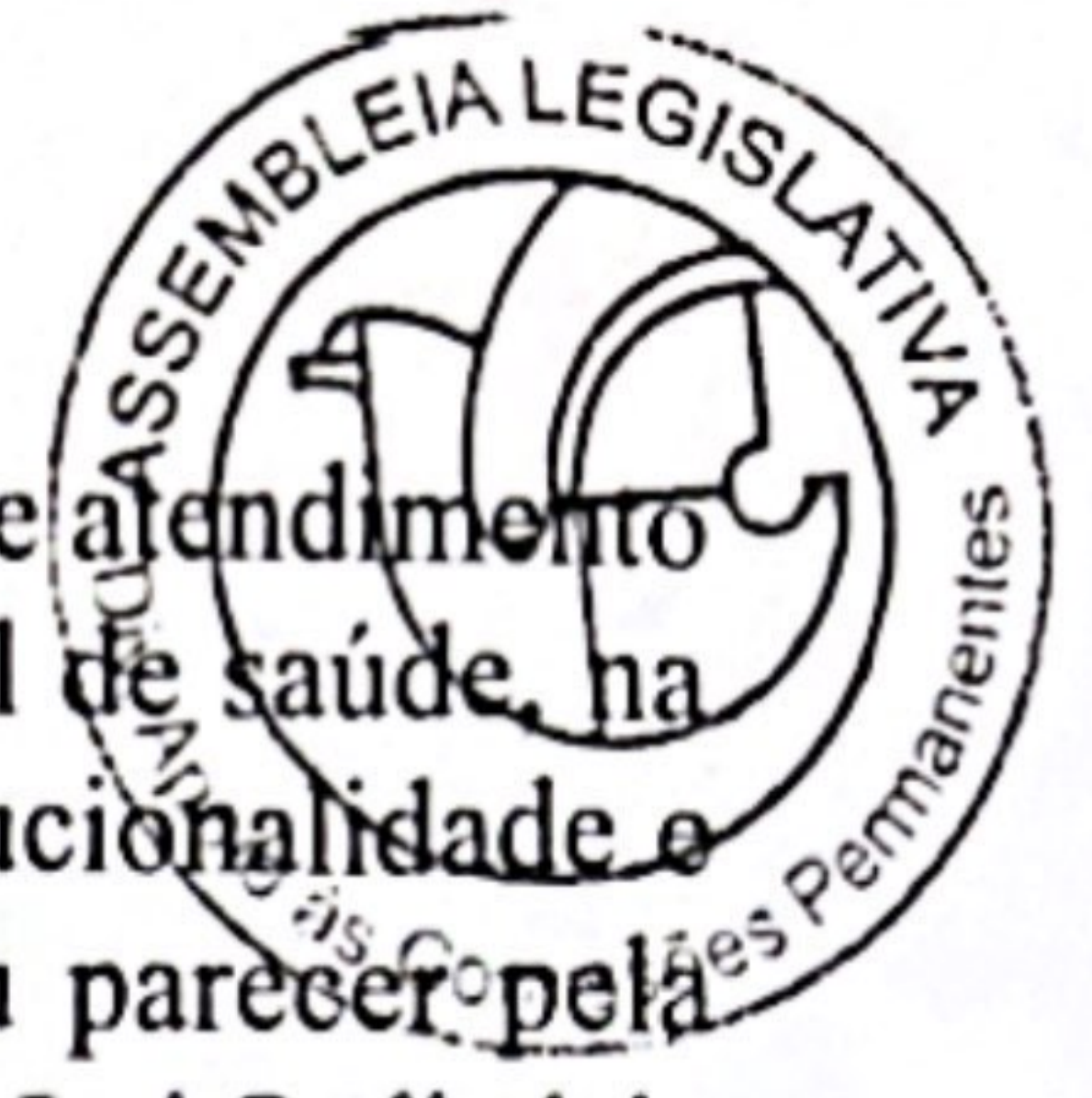
3.690/2025, deputado Caio Roberto; 3.691/2025, deputado Caio; 3.692/2025, deputado Caio; 4.200/2025, deputado Chico; 4.711/2025, deputado Chico. Após, foi realizada a leitura da matéria sujeita a despacho do presidente: 3.341/2024, do deputado Gilbertinho; e 4.571/2025, do deputado George Morais. O presidente pediu à deputada Camila que fizesse a relatoria das matérias. A relatora deu parecer pela aprovação das matérias. Em votação, o parecer foi aprovado. Em seguida, foram apreciados os vetos: Veto 215/2025 – do Governador do Estado – veto total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 2.038/2024, de autoria do deputado Tanilson Soares, que “Reconhece os direitos das pessoas diagnosticadas com transtorno do desenvolvimento (TDL) como pessoas com deficiência no âmbito do estado da Paraíba e dá outras providências.” Posição da consultoria: parecer pela manutenção do veto. Relatoria: deputada Francisca Motta, que deu parecer pela aprovação. Em discussão e votação, o parecer foi aprovado, com voto contrário da deputada Camila Toscano. Veto 216/2025 – do Governador do Estado – veto total por considerar inconstitucional e contrário ao interesse público o Projeto de Lei nº 3.467/2024, de autoria do deputado Chico Mendes, que “Assegura ao trabalhador o direito a uma folga anual para o homem realizar exames preventivos ou de controle de câncer de próstata, no âmbito do estado da Paraíba e dá outras providências.” Posição da consultoria: parecer pela manutenção do veto. Relatoria: deputada Camila Toscano, pela manutenção. Em discussão e votação, o parecer foi aprovado. Veto 217/2025 – do Governador do Estado – veto total por inconstitucionalidade e por ser contrário ao interesse público ao Projeto de Lei Ordinária 2.992/2024, de autoria da deputada Cida Ramos, que “Dispõe sobre a vacinação domiciliar das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, no âmbito do Estado da Paraíba”. Posição da consultoria: parecer pela manutenção do veto. Relatoria: deputada Camila Toscano, pela manutenção. Em discussão e votação, o parecer foi aprovado. Dando continuidade, os seguintes Projetos de Lei Ordinária: Projeto de Lei Ordinária 4.866/2025 – do deputado Luciano Cartaxo – Declara de utilidade pública estadual o Instituto Paliativo e dá outras providências. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Projeto de Lei Ordinária 4.869/2025 – do deputado Luciano Cartaxo – Declara de utilidade pública estadual o Instituto de Pesquisa e Promoção de Desenvolvimento e da Sustentabilidade – IPPEDS e dá outras providências. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 86/2023 – do deputado Adriano Galdino – Limita a permanência de adultos desacompanhados de crianças em espaços exclusivamente destinados ao público infantil, no âmbito do Estado da Paraíba. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade e juridicidade, com apresentação de emenda modificativa. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 402/2023 – do



deputado Gilbertinho – Nomeia a ECI Manoel Medeiros de Araújo de Professora Maria do Socorro Marques Dantas. Posição da consultoria: parecer pela injuridicidade da matéria. Relatoria: deputada Francisca Motta. A relatora deu parecer pela injuridicidade da matéria. Em votação, foi aprovado o parecer pela injuridicidade da matéria. Projeto de Lei Ordinária 1.345/2023 – do deputado Eduardo Carneiro – Dispõe sobre capacitação destinada aos profissionais médicos da atenção básica, referente à doença retinopatia diabética, e dá outras providências. Posição da consultoria: parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela inconstitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 1.513/2023 – do deputado Del. Wallber Virgolino – Dispõe sobre a revogação do parágrafo único do artigo 91 da Lei nº 3.903, de 14 de julho de 1977, e acrescenta os parágrafos 1º e 2º ao mesmo artigo. Posição da consultoria: parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela inconstitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 1.513/2023 – do deputado Del. Wallber Virgolino – Dispõe sobre a revogação do parágrafo único do artigo 91 da Lei nº 3.903, de 14 de julho de 1977, e acrescenta os parágrafos 1º e 2º ao mesmo artigo. Posição da consultoria: parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Relator: deputado João Gonçalves. O relator deu parecer pela inconstitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 1.783/2024 – do deputado Del. Wallber Virgolino – Acrescenta o §3º ao artigo 98 do Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Paraíba. Posição da consultoria: parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela inconstitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 1.809/2024 – do deputado Del. Wallber Virgolino – Dispõe sobre a destinação de bens, valores e direitos oriundos de ilícitos penais relacionados aos crimes de lavagem de capitais para órgãos da Polícia Civil. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade da matéria. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela constitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 1.826/2024 – do deputado Del. Wallber Virgolino – Dispõe sobre a imposição de penalidades administrativas às pessoas físicas ou jurídicas e agentes públicos que discriminem portadores de Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito do estado da Paraíba, e dá outras providências. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade da matéria, com apresentação de emenda aditiva. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela constitucionalidade, com apresentação de emenda aditiva. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 1.838/2024 – do deputado Eduardo Carneiro – Institui a Política Estadual de Controle e Avaliação da Qualidade da Assistência à Saúde prestada pela iniciativa pública e privada. Posição da consultoria: parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Relatoria: deputada Francisca Motta. A relatora deu parecer pela constitucionalidade. Em votação, o parecer foi



aprovado com voto contrário do deputado Anderson Monteiro. Projeto de Lei Ordinária 1.894/2024 – do deputado Sargento Neto – Institui, no âmbito do estado da Paraíba, a Semana de Conscientização sobre Segurança Alimentar e Nutricional. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade da matéria, com apresentação de emenda aditiva. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela constitucionalidade, com apresentação de emenda aditiva. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 1.899/2024 – do deputado Adriano Galdino – Estabelece que as empresas concessionárias e permissionárias de transporte público intermunicipal devem oferecer opções para que os usuários possam pagar a tarifa do serviço de transporte coletivo de ônibus e lotação através do sistema PIX. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela inconstitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 1.922/2024 – do deputado Sargento Neto – Institui, no âmbito do estado da Paraíba, o Observatório Estadual em Defesa da Família e pela Vida, e dá outras providências. Posição da consultoria: parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela inconstitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado com voto contrário do deputado Anderson Monteiro. Projeto de Lei Ordinária 1.952/2024 – do deputado Dr. Romualdo – Dispõe sobre a garantia de um percentual de vagas destinadas aos professores recém-formados nas redes de ensino público e privado. Posição da consultoria: parecer pela inconstitucionalidade da proposição. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela inconstitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado com voto contrário do deputado Anderson Monteiro. Projeto de Lei Ordinária 1.954/2024 – do deputado Dr. Romualdo – Assegura o direito das mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos ofertados pela Administração Pública Direta e Indireta do Estado da Paraíba. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade da matéria. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela inconstitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado com voto contrário do deputado Anderson Monteiro. Projeto de Lei Ordinária 1.969/2024 – do deputado Sargento Neto – Institui a obrigatoriedade de inclusão das matérias Geografia e História da Paraíba nos conteúdos programáticos dos concursos públicos realizados no âmbito do estado da Paraíba. Posição da consultoria: parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Relatoria: deputado João Gonçalves. O relator deu parecer pela inconstitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 2.147/2024 – da deputada Danielle do Vale – Reconhece oficialmente no Estado da Paraíba, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente, a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e dá outras providências. Posição da consultoria: parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela inconstitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 2.199/2024 – do deputado Dr.



Romualdo – Dispõe acerca do fornecimento de certidão de recusa de atendimento ou documento de igual valor aos usuários da rede pública estadual de saúde, na forma que especifica. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Relatoria: deputada Francisca Motta. A relatora deu parecer pela constitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 2.307/2024 – do deputado Adriano Galdino – Institui sanções administrativas aplicáveis à venda ou qualquer forma de comercialização de cigarros e semelhantes provenientes de crime ou contravenção penal. Posição da consultoria: parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela constitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 2.347/2024 – do deputado Anderson Monteiro – Estabelece a obrigatoriedade de afixação de QR Code nos terminais rodoviários do Estado da Paraíba. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela constitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 2.349/2024 – do deputado Anderson Monteiro – Cria o Programa Estadual de Inclusão do Jovem Indígena no Estado da Paraíba, e dá outras providências. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade e juridicidade. O deputado João Gonçalves pediu vistas. Projeto de Lei Ordinária 2.366/2024 – da deputada Cida Ramos – Determina que as empresas de telecomunicação disponibilizem opção de cancelamento de contratos e troca de planos por meio de aplicativos de atendimento ao consumidor, da mesma forma das demais opções de atendimento, no Estado da Paraíba. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade da matéria. O deputado João Gonçalves pediu vistas. Projeto de Lei Ordinária 2.473/2024 – do deputado Inácio Falcão – Institui o Dia Estadual de Conscientização da Síndrome de Tourette e do Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC) no âmbito do estado da Paraíba, e dá outras providências. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade, com emenda supressiva. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela constitucionalidade, com emenda supressiva. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 2.474/2024 – do deputado Wilson Filho – Cria o Estatuto do Doador de Medula Óssea no estado da Paraíba, e dá outras providências. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade e juridicidade da proposição, com apresentação de substitutivo. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela constitucionalidade, com emenda substitutiva. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 2.510/2024 – do deputado Chico Mendes – Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de segurança baseado em monitoramento por meio de câmeras de vídeo nas escolas públicas da rede estadual de ensino, e dá outras providências. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade da matéria. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela constitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 2.519/2024 – do deputado Caio Roberto – Institui a campanha



“Idosos órfãos de filhos vivos”, sobre a orientação, conscientização, discussão e a prevenção de cuidados aos idosos e as suas consequências, e dá outras providências. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade e juridicidade, com emendas. O deputado Anderson Monteiro pediu vistas do projeto. Projeto de Lei Ordinária 2.528/2024 – do deputado Anderson Monteiro – Dispõe sobre a inclusão obrigatória de sistemas de ar-condicionado em novos projetos de construção de unidades escolares no âmbito do Estado da Paraíba. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade e juridicidade da proposição. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela constitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 2.577/2024 – do deputado Adriano Galdino – Assegura ao consumidor o direito às informações sobre a existência de serviços bancários gratuitos no âmbito do Estado da Paraíba. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade e juridicidade da proposição. Relatoria: deputado João Gonçalves. O relator deu parecer pela constitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 2.614/2024 – do deputado Galego Souza – Estabelece diretrizes para o Programa de Conscientização e Enfrentamento do Parto Prematuro, no âmbito do Estado da Paraíba, e dá outras providências. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade e juridicidade da proposição. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela constitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 2.617/2024 – do deputado Adriano Galdino – Obriga os estabelecimentos comerciais a conceder descontos em todos os produtos disponíveis em seu estoque ao anunciarem promoções. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade da matéria. Relatoria: deputada Francisca Motta. A relatora deu parecer pela constitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 2.637/2024 – do deputado Chico Mendes – Institui a política de redução da poluição visual em redes aéreas de serviços públicos cabeados em postes de sustentação no estado. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade da matéria. Relatoria: deputado Anderson Monteiro. O relator deu parecer pela constitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 2.688/2024 – do deputado Galego Souza – Institui o Selo “Produto Paraibano” no âmbito do Estado da Paraíba, e dá outras providências. Posição da consultoria: parecer pela inconstitucionalidade da proposição. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela inconstitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado com voto contrário do deputado Anderson Monteiro. Projeto de Lei Ordinária 2.708/2024 – do deputado Chió – Dispõe sobre a equiparação legal como pessoas com deficiência de pessoas com Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA) e sobre a celebração do Dia de Luta contra a Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA) no Estado da Paraíba. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade da proposição, com emenda modificativa e supressiva. Relatoria: deputada Francisca Motta. A relatora deu parecer pela constitucionalidade, com emenda modificativa e supressiva. Em votação, o



parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 2.780/2024 – do deputado Chió – Institui medidas de incentivo à preservação das abelhas nativas no Estado da Paraíba e dá outras providências. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade da matéria, com apresentação de emenda supressiva. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela constitucionalidade, com emenda supressiva. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 2.781/2024 – do deputado Chió – Institui o processo de aceleração de estudos para alunos com altas habilidades/superdotação na rede pública de ensino do Estado da Paraíba e dá outras providências. Posição da consultoria: parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Relatoria: deputado João Gonçalves. O relator deu parecer pela inconstitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado com voto contrário do deputado Anderson Monteiro. Projeto de Lei Ordinária 2.783/2024 – do deputado Chió – Institui o "Circuito Amo Viver" no Estado da Paraíba, um programa de promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida, e dá outras providências. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Relatoria: deputado Anderson Monteiro. O relator deu parecer pela constitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 2.878/2024 – do deputado Anderson Monteiro – Dispõe sobre a instituição do Programa de Incentivo à Economia Circular no Estado da Paraíba. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade da matéria. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela constitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 3.016/2024 – do deputado Luciano Cartaxo – Institui a disponibilização, no sítio eletrônico do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba, de cartilha ou material informativo sobre a prevenção de quedas para a pessoa idosa. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade do projeto. A deputada Camila Toscano fez pedido de vistas. Projeto de Lei Ordinária 3.053/2024 – do deputado Luciano Cartaxo – Assegura às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar o direito à prioridade no atendimento de assistência odontológica, no âmbito das unidades de saúde do Estado da Paraíba. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade da matéria. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela constitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 3.162/2024 – do deputado Júnior Araújo – Altera a redação do inciso III do art. 28 da Lei nº 5.672, de 17 de novembro de 1992, para determinar a isenção de custas processuais e emolumentos às mulheres vítimas de violência doméstica, e dá outras providências. Posição da consultoria: parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Relatoria: deputada Francisca Motta. A relatora deu parecer pela inconstitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 3.331/2024 – do deputado Chió – Institui, no âmbito do Estado da Paraíba, a Política Estadual de Conscientização sobre a Importância do Esporte para o Desenvolvimento Cognitivo e Social de Crianças e Adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Apenso: Projeto de Lei Ordinária nº 3.354/2024. Posição da consultoria: parecer



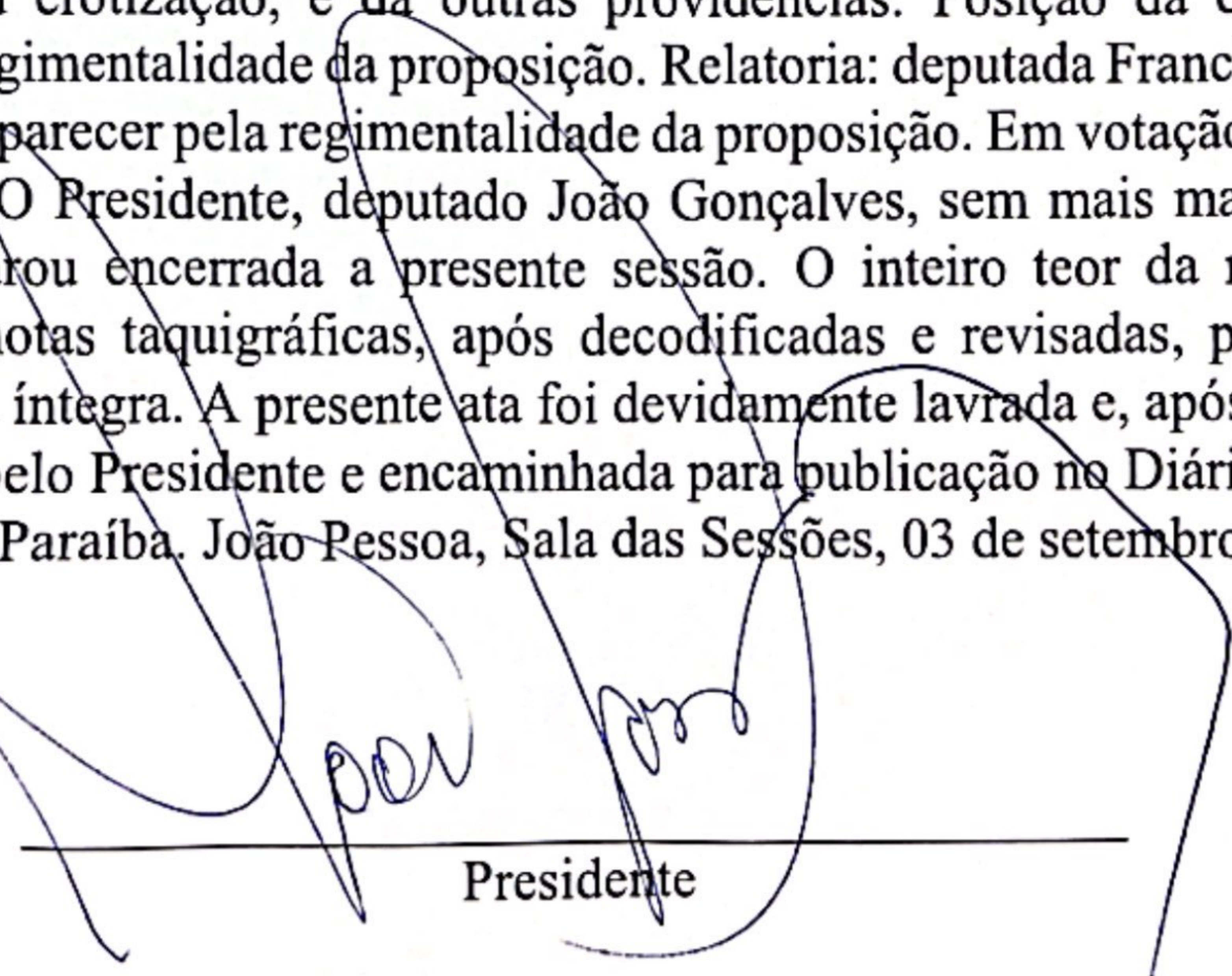
pela constitucionalidade e juridicidade da propositura, com apresentação de emenda supressiva. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela constitucionalidade com emenda supressiva. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 3.477/2024 – da deputada Cida Ramos – Altera o §1º do art. 1º da Lei nº 10.229/2013, e dá outras providências. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade e juridicidade da propositura. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela constitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 3.600/2025 – do deputado Sargento Rui – Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, para eventos artísticos, culturais, cinematográficos, musicais e desportivos realizados no Estado da Paraíba. Apenso: Projeto de Lei Ordinária nº 4.395/2025, do deputado Chico Mendes. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade do projeto, com apresentação de emenda modificativa. Relatoria: deputado Anderson Monteiro. O relator deu parecer pela constitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 3.602/2025 – do deputado Dr. Romualdo – Dispõe sobre a salvaguarda e o incentivo à capoeira no Estado da Paraíba. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade da matéria, com emenda supressiva. Relatoria: deputada Francisca Motta. A relatora deu parecer pela constitucionalidade com emenda supressiva. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 3.616/2025 – do deputado Gilbertinho – Altera a Lei nº 13.019, de 29 de dezembro de 2023, que denomina de Mozart Wanderley da Nóbrega a rodovia PB-275, que liga os municípios de Patos e São José de Espinharas à BR-110, a fim de incluir a denominação da rodovia PB-275 no trecho entre a sede do município e a BR-110, e dá outras providências. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade da matéria. Situação: votação adiada em 12/08/2025. A deputada Camila Toscano pediu vistas. Projeto de Lei Ordinária 3.693/2025 – do deputado Caio Roberto – Lei estadual de criação do Cadastro Estadual de Bloqueio Voluntário para Jogos de Azar Online. Posição da consultoria: parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela inconstitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 3.818/2025 – do deputado Eduardo Carneiro – Institui o Dia Estadual de Conscientização e Prevenção da Pré-eclâmpsia, a ser celebrado anualmente no dia 22 de maio. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade da matéria. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela constitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 3.843/2025 – do deputado Chió – Proíbe os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado da Paraíba de nomear ou designar para cargos públicos e funções de confiança pessoas condenadas pela prática de crimes contra as instituições democráticas. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade da matéria. Situação: votação adiada em 12/08/2025.



Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela constitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 3.960/2025 – do deputado Chico Mendes – Altera a Lei nº 13.265/2025, que reconhece as pessoas com fibromialgia como pessoas com deficiência no âmbito do Estado da Paraíba, e dá outras providências. Posição da consultoria: parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela inconstitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado com voto contrário do deputado Anderson Monteiro. Projeto de Lei Ordinária 4.259/2025 – do deputado Eduardo Brito – Dispõe sobre o Programa Estadual de Animais de Estimação Perdidos, em Condição de Abandono ou Aptos para Adoção, voltado à divulgação na rede mundial de computadores de fotografias e informações sobre animais perdidos ou em condições de abandono em todo o território do Estado da Paraíba. Posição da consultoria: parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Relatoria: deputada Francisca Motta. A relatora deu parecer pela constitucionalidade. Em votação, o parecer foi reprovado, com desempate por inconstitucionalidade pelo presidente João Gonçalves. Projeto de Lei Ordinária 4.271/2025 – da deputada Cida Ramos – Dispõe que os contratos com órgãos públicos da administração direta e indireta do Estado da Paraíba prevejam que as empresas contratadas tenham a obrigação de manter política de abono de faltas nos casos especificados, e dá outras providências. Posição da consultoria: parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela inconstitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 4.312/2025 – da deputada Francisca Motta – Dispõe sobre o selo Empresa Amiga da Mãe Solo, como reconhecimento às empresas que adotam práticas de inclusão e apoio às mães solo no Estado da Paraíba, e dá outras providências. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela constitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 4.314/2025 – da deputada Francisca Motta – Dispõe sobre os direitos da mulher acometida pela perda gestacional e neonatal nos estabelecimentos da rede pública de saúde do Estado da Paraíba, e dá outras providências. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade da matéria. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela constitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 4.337/2025 – do deputado Jutay Meneses – Estabelece diretrizes para a criação da Central de Videochamada em Libras e outros recursos de linguagem, escrita e visual para acesso a serviços públicos no Estado da Paraíba. Posição da consultoria: parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela inconstitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 4.469/2025 – da deputada Danielle do Vale – Institui diretrizes para o programa “Jogos Lúdicos na Escola” no Estado da Paraíba, e dá outras providências.



Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade da matéria, com apresentação de emenda supressiva. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela constitucionalidade com emenda supressiva. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 4.573/2025 – do deputado George Morais – Institui no âmbito do Estado da Paraíba a Política Estadual de Humanização do Luto Materno e Parental, nos termos da Lei Federal nº 15.139, de 17 de maio de 2025, e dá outras providências. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade e juridicidade da proposição. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela constitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 4.639/2025 – do deputado Michel Henrique – Institui a Política Estadual de Emprego e Apoio para Mães Atípicas no Estado da Paraíba. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade da matéria. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela constitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 4.653/2025 – do deputado Michel Henrique – Institui a política estadual de proteção de crianças neurodivergentes contra violência sexual no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade da matéria. Relatoria: deputada Camila Toscano. A relatora deu parecer pela constitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei Ordinária 4.991/2025 – do deputado Delegado Wallber Virgolino – Concede o título de Cidadã Paraibana à Senhora Joseane de Azevedo Oliveira, pelos relevantes serviços prestados ao Estado da Paraíba. Posição da consultoria: parecer pela constitucionalidade da matéria. A deputada Camila pontuou que esse projeto já havia sido votado em plenário. Passou-se então para os Projetos de Resolução. Projeto de Resolução 464/2025 – da deputada Camila Toscano – Dispõe sobre a vedação, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, da concessão de honrarias, homenagens, votos de aplauso ou moções de congratulação a influenciadores digitais e blogueiros que utilizem a imagem de crianças de forma a promover a adultização ou erotização, e dá outras providências. Posição da consultoria: parecer pela regimentalidade da proposição. Relatoria: deputada Francisca Motta. A relatora deu parecer pela regimentalidade da proposição. Em votação, o parecer foi aprovado. O Presidente, deputado João Gonçalves, sem mais matérias para analisar, declarou encerrada a presente sessão. O inteiro teor da reunião foi gravado. As notas taquigráficas, após decodificadas e revisadas, poderão ser consultadas na íntegra. A presente ata foi devidamente lavrada e, após aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Poder Legislativo da Paraíba. João Pessoa, Sala das Sessões, 03 de setembro de 2025.



Presidente